

AUKUS E OS INTERESSES DE SEGURANÇA E DEFESA NO INDO-PACÍFICO

O AUKUS É UMA MANIFESTAÇÃO DA *GLOBAL BRITAIN*?

Bernardo Ivo Cruz

AUKUS: VÁRIOS EQUÍVOCOS, ALGUMA RELEVÂNCIA

Bruno Cardoso Reis

TRÊS NOTAS SOBRE O AUKUS

Carlos Gaspar

A NOVA ARQUITETURA DE SEGURANÇA NORTE-AMERICANA

Diana Soller

AUKUS – ESTABILIDADE OU UMA NOVA *FIRST FLEET*?

Domingos Rodrigues, Nuno Correia Neves

A UNIÃO EUROPEIA E O ACORDO AUKUS

Isabel Ferreira Nunes

AUKUS: CRIANDO O “ATLÂNTICO-PACÍFICO” E DIVIDINDO O ATLÂNTICO E O PACÍFICO

Luís Tomé

O AUKUS E A RÚSSIA

Maria Raquel Freire

O AUKUS, A FRANÇA E A ALEMANHA

Patrícia Daehnhardt

AUKUS DE CAMBERRA PARA PARAR A CHINA

Vasco Rato

DIRETORA
Helena Carreiras
COORDENADOR EDITORIAL
Luís Cunha
CENTRO EDITORIAL

António Baranita e Luísa Nunes
PROPRIEDADE, DESIGN GRÁFICO E EDIÇÃO
Instituto da Defesa Nacional
Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa
Tel +351 211 544 700
idn.publicacoes@defesa.pt
ISSN 2182-5327
Depósito Legal 340906/12

balança de poder naval na região do Indo-Pacífico. A União é o maior parceiro comercial da China e esta o segundo maior parceiro europeu. Para a UE a manutenção do acesso e liberdade de circulação na região é vital para o comércio, mas também para o abastecimento de matérias-primas, de recursos energéticos, de medicamentos, produtos e equipamentos médicos e componentes para o setor tecnológico e industrial europeu. Do reforço de laços de cooperação entre parceiros estrategicamente capacitados no plano tecnológico, industrial e militar poderão resultar benefícios para a proteção dos interesses europeus, desde que salvaguardado o difícil equilíbrio de interesses estratégicos entre a União Europeia e a China numa vasta zona marítima de interesse geopolítico e geoeconómico.

A Europa, os EUA, a Austrália e os países aliados no Indo-Pacífico têm interesses comuns que só a cooperação internacional poderá proteger. A França assumirá a Presidência do Conselho da União Europeia no início de 2022 no decurso da qual a *Bússola Estratégica*, o novo documento orientador da defesa europeia, será aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo na reunião do Conselho Europeu de março. Neste contexto espera-se que até lá as tensões entre Paris e Washington não venham a ter implicações sobre a cooperação entre a União Europeia e a NATO em domínios do interesse comum no quadro da cibersegurança e defesa, da segurança marítima, do contraterrorismo, do desenvolvimento de capacidades, da mitigação das tecnologias disruptivas e da essencial partilha de conhecimento e informação.

AUKUS: criando o “Atlântico-Pacífico” e dividindo o Atlântico e o Pacífico

Luís Tomé

Diretor do Departamento de Relações Internacionais e Diretor do OBSERVARE-Observatório de Relações Exteriores na Universidade Autónoma de Lisboa.

O AUKUS demonstra, uma vez mais, que para os Estados Unidos há uns mais aliados do que outros, e que a aliança anglo-saxónica está robusta. A aliança entre os EUA, o Reino Unido (RU) e a Austrália anunciada em 15 de setembro não é novidade: além das relações bilaterais “especiais” mútuas e de um longo historial de intervenções conjuntas – incluindo no Iraque e no Afeganistão –, EUA e Reino Unido são aliados na NATO, de que a Austrália é um dos *partners across the globe*; EUA e Austrália são-no no ANZUS, a par da Nova Zelândia; RU e Austrália fazem parte do Five Power Defence Arrangements (FPDA) junto com a Nova Zelândia, Malásia e Singapura e que, em 2021, celebrou o seu 50.º aniversário; e os três integram o *Five Eyes* com Nova Zelândia e Canadá. Porém, o AUKUS é extraordinariamente relevante por muitas e variadas razões. Salientamos aqui apenas três: dá saliência ao emergente “Atlântico-Pacífico”; é parte do *neo-containment* anti-China; e aprofunda divisões e tensões na área Euro-Atlântica e na Ásia-Pacífico.

Desde logo, o AUKUS é expressão de uma nova conexão estratégica emergente do “Atlântico-Pacífico”, somando-se, por exemplo, à participação recente do Reino Unido e da França em exercícios militares navais no Pacífico com os EUA e parceiros da região; ao “G7+” que, tendo no Japão o único

membro asiático entre os EUA, Canadá e quatro países europeus, convidou para a Cimeira de junho 2021 a Austrália, a Coreia do Sul e a Índia; às estratégias europeias para o “Indo-Pacífico”, primeiro da França, Países Baixos e Alemanha e, em setembro de 2021, da União Europeia; ou à pretensão da NATO de reforçar laços com os parceiros Austrália, Nova Zelândia, Japão e Coreia do Sul e ao novo conceito estratégico da Aliança Atlântica a aprovar em 2022 que incluirá, pela primeira vez, uma referência direta e explícita à China. No meio destas conexões do “Atlântico-Pacífico”, a França sofreu uma “facada nas costas” dos três AUKUS e teve o amparo do conjunto União Europeia (UE), pelo que um dos efeitos AUKUS foi criar novas querelas transatlânticas entre Paris, Bruxelas e Londres.

Por outro lado, o AUKUS é parte de uma nova e ampla estratégia de contenção da China. Num contexto de escalada da tensão competitiva com a China e na ressaca da controversa saída do Afeganistão, o AUKUS mostra que os EUA estão no jogo como superpotência, não se estão a isolar nem a recuar e que a prioridade da sua política externa e de segurança é conter o poder e a assertividade crescentes da China. O AUKUS complementa o Quad (EUA, Austrália, Japão e Índia) e foi anunciado uma semana antes da 2.ª Cimeira do Quad – a 1.ª Cimeira presencial e a 2.ª em meio ano. À semelhança do Quad, o AUKUS constitui uma nova “frente de democracias” anti-China. Mas ao contrário do Quad, o AUKUS é uma verdadeira aliança militar: Austrália, RU e EUA intensificam a partilha e cooperação de *intelligence* e tecnologias avançadas – em áreas como inteligência artificial, ciberguerra ou computação quântica – e, sobretudo, RU e EUA vão

armar a Austrália com uma frota de 10 a 12 submarinos movidos a propulsão nuclear, com muito maior capacidade de permanecer submersos e “invisíveis” do que os submarinos convencionais e, ainda para mais, equipados com mísseis de longo-alcance americanos. A diferença entre o que Camberra se tinha comprometido adquirir à França e do que passará a dispor com o AUKUS é estrategicamente muito significativa. Será também a primeira vez que um Estado não nuclear regulamentado pelo Tratado de Não Proliferação dispõe de submarinos movidos a energia nuclear, levando o Diretor-Geral da Agência Internacional da Energia Atômica, Rafael Grossi, a referir que a transferência de tecnologia ao abrigo do AUKUS é um desafio “muito complicado” para as inspeções da Agência.

Sem surpresa, Pequim reagiu com hostilidade ao AUKUS, afirmando que é “extremamente irresponsável”, revela uma “mentalidade de Guerra Fria”, corporiza uma “NATO Asiática”, pode desencadear uma “nova corrida aos armamentos” e, em suma, “ameaça a paz e a estabilidade regional e internacional”. A ofensiva diplomática chinesa anti-AUKUS visa, em particular, os países do Pacífico Sul e do Sudeste Asiático, alegando que o AUKUS os ameaça diretamente por “violar” os Tratados de Rarotonga (1985) e de Banguecoque (1995) que instituem “Zonas Livres de Armas Nucleares”, respetivamente, no Pacífico Sul e no Sudeste Asiático. Esta alegação é falsa, uma vez que o AUKUS não transforma a Austrália numa potência militarmente nuclear nem reintroduz testes de armas nucleares no Pacífico. Mas os dirigentes chineses insistem naquele argumento, como fez o ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Wang Yi, ao presidir à primeira reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros

China-Países Ilhas do Pacífico, em 21 de outubro.

O AUKUS e a intensa pressão chinesa anti-AUKUS criam novas clivagens na Ásia-Pacífico. No Pacífico Sul, a Nova Zelândia mostrou “satisfação”, enquanto o Kiribati é o país-ilha mais vocalmente antagónico do AUKUS. E o Fórum das Ilhas do Pacífico (PIF) surge agora ainda mais fraturado. O mesmo acontece entre os membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Se as Filipinas, aliado formal dos EUA, manifestou imediato apoio ao AUKUS, a Junta Militar do Myanmar e também a Malásia e a Indonésia exprimiram duras críticas. Outros países da ASEAN reagiram com mais neutralidade, como o Camboja e Singapura que expressaram o principal receio na região: uma escalada EUA-China que transforme novamente o Sudeste Asiático numa área de conflito.

As réplicas e divisões multiplicam-se. No dia seguinte ao anúncio do AUKUS, a China formalizou a sua candidatura ao Comprehensive and Progressive Agreement for Trans-Pacific Partnership (CPTPP), com a Austrália a manifestar logo a sua oposição e, por exemplo, Singapura a apoiar essa pretensão chinesa. Ao CPTPP tinha o Reino Unido manifestado interesse em aderir, tal como Taiwan, este com a violenta oposição de Pequim. Alinhada com a China, a Rússia replica basicamente os argumentos de Pequim criticando o AUKUS, sublinhado nos exercícios bilaterais navais *Joint Sea 2021* no Mar do Japão, no início de outubro e, no final do mesmo mês, no primeiro exercício de patrulha conjunta China-Rússia no Pacífico Ocidental. A Índia e o Japão, parceiros dos EUA e da Austrália no Quad, apoiam naturalmente o AUKUS, mas têm sido comedidos para não agravar tensões com a China. Para Nova Deli, o AUKUS traz ainda outros

dilemas: a tentação de procurar obter dos EUA o mesmo tipo de tecnologia e submarinos que a Austrália terá com o AUKUS arriscaria a parceria estratégica com a Rússia, de longe o principal fornecedor de armamento a Nova Deli; e o AUKUS pode servir de pretexto não só para a China desenvolver novas capacidades navais como para aumentar o apoio ao programa militar e naval do Paquistão, adversário da Índia e crítico do AUKUS. É caso para dizer que o AUKUS une mais o “Atlântico-Pacífico” mas divide ainda mais o “Indo-Pacífico”.

O AUKUS e a Rússia

Maria Raquel Freire

Professora de Relações Internacionais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigadora do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra.

A aliança defensiva AUKUS, envolvendo a Austrália, o Reino Unido e os Estados Unidos da América (EUA), apresentada em setembro de 2021, assume contornos geopolíticos e estratégicos relevantes, aos quais a Rússia está atenta. Primeiro, a aquisição de submarinos de propulsão nuclear pela Austrália, e princípios de partilha de tecnologia e *know-how*, colaboração em matérias de cibersegurança e inteligência artificial, aproximam estes três Estados na já designada ‘tripla aliança’, enquanto dotando a Austrália de capacidades diferenciadoras na região. Segundo, estas movimentações, em linha com outros arranjos regionais como o QUAD – Quadrilateral Security Dialogue envolvendo os EUA, Índia, Japão e Austrália, ou a aliança *Five Eyes* envolvendo os EUA, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, já desde os tempos da Guerra Fria na partilha de *intelligence*, visam aumentar a influência e presença dos EUA